

Por trás de uma pistola 45: Gênero e guerrilha no Brasil. 1968-1973.

Cristina Scheibe Wolff - UFSC

A luta armada de esquerda no Brasil dos anos 1960 e 1970 concentrou-se no período entre 1968 e 1974, entre dois eventos: o Ato Institucional 5 do governo militar, chamado por alguns de “golpe dentro do golpe”, que tornou ilegal qualquer manifestação pública não autorizada e permitindo à polícia e ao exército a prisão de qualquer suspeito de atividade subversiva, que seriam julgados por tribunal militar e não pela justiça comum, e as operações militares que terminaram definitivamente com a guerrilha do Araguaia em 1974. Alguns dos grupos que se lançaram em ações de guerrilha urbana tais como assaltos a bancos e lojas diversas, assaltos a quartéis, seqüestro de personalidades como embaixadores, e execuções de militares e torturadores, tinham como objetivo iniciar uma revolução comunista. Para outros grupos importava naquele momento simplesmente demonstrar resistência ao regime militar e às medidas de exceção do governo que impediam qualquer oposição. Muitos dos militantes foram praticamente empurrados para a luta armada, vista como única alternativa ao exílio para aqueles identificados como “inimigos da pátria”. Foi a partir de 1968, quando as manifestações estudantis massivas em várias das capitais do país levaram à edição do AI 5, e que a repressão levou muitos dos estudantes, sindicalistas e outros militantes de esquerda a uma vida clandestina que começam a aparecer os atentados chamados de “terroristas” e que visavam a angariar fundos para as organizações (assaltos a bancos e a lojas), conseguir armas (assaltos a quartéis, lojas de armas, policiais e vigilantes), e fazer a “propaganda armada” mostrando à população que era possível resistir ao militares. A reação do governo militar, porém, foi violenta e muito bem articulada, Inspirados nos métodos ensinados pelos norte americanos na Escola das Américas, e por veteranos franceses da Guerra da Argélia¹, eles utilizaram a tortura – tal como em outras épocas – para organizar uma rede de informações que juntou a polícia

política, o exército, a marinha, a aeronáutica e mesmo equipes formadas paralelamente e financiadas por empresários.

A intenção deste artigo não é simplesmente mostrar a participação de mulheres na luta armada, mesmo que elas tenham sido por muito tempo invisíveis, como coloca Miriam Goldemberg. Esta autora sustenta, baseada em depoimentos de ex-militantes que “*A história da esquerda brasileira foi, e é até hoje, escrita em torno das trajetórias destes ‘grandes homens’. As mulheres aparecem como meras coadjuvantes.*”² O objetivo é mostrar como as relações de gênero constituem as atitudes de guerrilheiros e guerrilheiras, que aparentemente teriam sido inspiradas por sua ideologia política. Ou seja, através da análise de relatos, memórias e de textos produzidos na época estudada pelas organizações que realizavam a luta armada de resistência à ditadura no Brasil, pretendo mostrar que diversas das posições tomadas, das ações realizadas, das experiências constituídas pelos sujeitos envolvidos, são ao mesmo tempo construídas *a partir* de representações de gênero e constituidoras de relações de gênero, num tempo histórico marcado pela transformação destas relações.

Como em tantas partes do mundo, a década de 1960 foi vivida com muitas mudanças no comportamento de mulheres e homens em seus papéis de gênero no Brasil. Estas mudanças não se fizeram da noite para o dia e nem atingiram a todas as classes sociais e regiões ao mesmo tempo. Junto com a dita “liberação sexual”, com a mudança nas roupas e nos cabelos dos jovens, com a legitimação das carreiras profissionais para as mulheres nas profissões liberais, a urbanização, a industrialização, a chamada “modernização” do Brasil, criou toda uma conjuntura propícia à transformação dos costumes. Ao mesmo tempo também o conservadorismo erigia-se em defesa da família, da pátria e da propriedade, como ficou claro na Marcha das Famílias com Deus pela Liberdade, realizada em 1964 como uma demonstração de protesto à política do Governo de João Goulart que propunha Reformas de Base na economia e política do país, incluindo uma reforma agrária, reforma fiscal, educacional e eleitoral, acusando o governo de simpatia com o “comunismo”, e legitimando assim o Golpe Militar que seria dado em primeiro de abril

daquele ano. Ou seja, as mudanças não aconteciam de maneira tranqüila, e sim permeadas pelo conflito que opunha gerações, setores da igreja católica - então indiscutivelmente predominante no país, e grupos sociais. O ex-guerrilheiro da ALN, que sobreviveu e passou 07 anos na prisão, conta suas impressões sobre o meio universitário quando chegou a São Paulo, em 1966, vindo do interior do estado:

“ As mulheres começavam a pregar sua revolução. Quando cheguei em São Paulo, em 1966, o ambiente da universidade era uma ilha libertária num ambiente de repressão política e moral. As moças começavam a assumir sua independência sexual, as minissaias eletrizavam a imaginação de tantos jovens, com a vantagem que as mulheres se tornavam mais disponíveis.”³

“Foi um espanto para mim, rapaz do interior, acostumado à rígida barreira que separava as namoradinhas do sexo.”⁴

Os estereótipos relativos à sexualidade feminina eram porém ainda muito fortes em toda a sociedade. Zuenir Ventura conta que ao desmantelar o Congresso da União Nacional dos Estudantes, realizado de maneira clandestina – já que havia sido proibido pelas autoridades – num sítio em Ibiúna, SP, em outubro de 1968, *“ as forças policiais exibiram como troféu de guerra uma razoável quantidade de caixas de pílulas [anticoncepcionais] apreendidas (...) A polícia acreditava que a exibição provaria à opinião pública que as moças tinham ido ao encontro preparadas para algo mais do que discutir as questões estudantis”⁵*

A atitude da polícia política parece indicar claramente o conflito existente na sociedade em relação aos novos valores relativos à sexualidade e ao lugar social das mulheres, e ao mesmo tempo, que a polícia procurou utilizar-se deste conflito para legitimar sua ação repressiva dando a ela um caráter “moralizante”. Afinal, a acusação de “sem moral” pesava fortemente contra os “comunistas”, nos sermões dos padres mais tradicionais, nos jornais conservadores, e no discurso do exército.

A aparente e importante mudança que se operava na juventude pode ser lida de várias maneiras e parece que nem sempre atingia a profundidade esperada em suas transformações. O depoimento abaixo de uma ex-militante de uma das organizações de luta

armada deixa claro que o fato de os homens começarem a ajudar na cozinha, renunciando a um dos símbolos máximos de seu papel de “macho”⁶, e de as mulheres começarem a ter uma sexualidade mais livre, não alterava tão significativamente assim as relações de poder entre homens e mulheres:

*“ Não é que as mulheres tivessem tarefas diferentes dos homens, não. Era um processo natural: no começo éramos todos iguais, mas no fim as mulheres ficavam no movimento estudantil. Nós participávamos das ações, mas os treinamentos para as mulheres eram menos intensivos. E além do mais, tínhamos a tarefa fundamental de **manter as casas**. Isso não estava escrito em parte nenhuma, mas na prática todas as mulheres faziam isso. Em relação às tarefas domésticas, todos os homens eram meio domésticos, lavavam pratos. Não era grande desdouro, não era essa a questão. Naquele esquema isto fazia parte do espírito revolucionário. **A mulher deixou de ser virgem, o homem deixou de ser macho**, lava pratos, faz comida, é bom cozinheiro. Eu acho que isso não era o fundamental. **As análises, as grandes análises, a estratégia e a tática, isso era o que importava. E isso eram eles que faziam.**”⁷ (grifos meus)*

Ao ser perguntado em uma entrevista sobre o papel das mulheres na guerrilha, Urbano, um dos responsáveis pela direção do Movimiento de Liberation Nacional (Tupamaros) do Uruguai, respondeu: “D’abord je te dirais que jamais une femme n’est aussi égale à un homme que lorsqu’elle est derriere un P 45.”⁸ Entretanto colocar-se atrás de uma arma não era uma tarefa tão simples assim para uma mulher. Uma guerrilheira, conhecida como a “loura dos assaltos a banco”, conta:

“Eu usava um revólver 32 ou uma Beretta com cabo de madrepérola, porque o 38 era grande e dava um tranco forte. Fiz curso de explosivos com João Lucas Alves (...). Aprendi a atirar nas curvas da estrada de Santos e na represa Billings.”⁹

Apesar de sua experiência com as armas, algo extremamente valorizado nas organizações guerrilheiras, quando Renata reivindicou participar de uma ação de assalto a um banco, teve que enfrentar uma desgastante discussão com seus companheiros.¹⁰

Esta insistência das guerrilheiras de contrariar o monopólio masculino da violência, especialmente da violência em situação de guerra, não deixava de surpreender a seus companheiros como também à polícia e a imprensa.¹¹ Dulce Maia, a guerrilheira Judith da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), foi uma das primeiras mulheres presas pela polícia política, tendo participado efetivamente de ações armadas, algumas bastante temerárias como “...o roubo de armas no Hospital Militar do Cambuci, a 22 de junho de 1968, e a explosão de um carro-bomba no Quartel-General do II Exército, no Ibirapuera, a 26 de junho...”¹² em São Paulo, junto com a já mencionada Renata/Cecília. Segundo ela

“... era-me concedido um tratamento duplamente ‘especial’. O primeiro, aquele mesmo que dispensavam aos meus companheiros homens por haverem ousado pegar em armas contra o arbítrio e a intolerância do regime ilegítimo dos militares. O segundo, pela minha condição de mulher: atrevimento duplo.”¹³

Ela conta que ao contrário das presas comuns, as quais não eram temidas por sua violência, ela chegou ao presídio, vinda das salas de tortura do DEOPS¹⁴, algemada, com os braços presos às costas. O aparato espalhafatoso, os cartazes com as fotos dos guerrilheiros procurados, as notícias nos jornais falando dos assaltos e atentados dos “terroristas”, faziam parte de todo o esquema de legitimação do trabalho da polícia política e do exército, que assim mostravam que estavam “em guerra” contra a subversão, desta forma justificando o uso da tortura e da guerra de “inteligência”. Dulce era vista assim quase como uma aberração, apesar de ser mulher, tinha se tornado uma “terrorista”, usando bombas, metralhadoras, revólveres. Tinha se tornado “macho”. É ela mesma que nos conta, em seu depoimento a Luiz M. Carvalho que tanto policiais quanto companheiros da organização, a guisa de elogio, *“... diziam que eu era macho.”¹⁵* Ser macho no caso era resistir à dor e à tortura, portar e utilizar armas, ter “sangue frio”, ser capaz de colocar as questões da guerrilha acima de suas emoções pessoais.

É a imagem do guerrilheiro *cowboy*, evocada nas memórias de Fernando Gabeira e Ottoni Fernandes Jr., aquele *cowboy* que confia em sua arma e sua pontaria, e que não lamenta as perdas, apenas *“morde levemente o lábio inferior, abre ainda mais as pernas arqueadas e diz: vamos selar o cavalo e seguir viagem; nada pode alterar nossos planos.”*¹⁶ Uma imagem também que se assemelha àquela do Che, com seu fuzil nas costas, sua boina, seu olhar determinado e o rosto sério, apesar de normalmente acompanhada da inscrição *“hay que endurecerse pero sin perder la ternura jamás!”*. São imagens de uma virilidade a toda prova, certamente difíceis para servirem de espelhos para as mulheres que se aventuraram nos caminhos da guerrilha. Elas ajudam a entender a frequente acusação de muitas mulheres ex-militantes, reforçadas por estudos sobre a militância feminina, de que elas eram levadas a esconder suas características femininas, que não podiam vestir-se e pentear-se de maneira a valorizarem sua beleza, não podiam usar batom, não podiam parecer mulheres.¹⁷

Talvez um dos guerrilheiros que encarnaram mais de perto esta imagem, pelo menos em suas memórias romanceadas e nas memórias de outros militantes, tenha sido Clemente (Carlos Eugênio Paz).¹⁸ Clemente foi escolhido líder da Ação Libertadora Nacional, uma das mais importantes e estruturadas organizações guerrilheiras da época, após o assassinato de Carlos Marighela e de Joaquim Câmara Ferreira (o Toledo). Sua grande glória foi nunca ter sido preso. Saiu do Brasil em direção a Cuba, via Santiago no Chile, e depois acabou indo para a Europa onde sua missão de conseguir apoio externo acabou por transformar-se em exílio. A capa de suas memórias romanceadas é ilustrada com uma bala de arma de fogo em trajetória ascendente. As páginas são recheadas de suas aventuras na clandestinidade, em um tom a um só tempo orgulhoso de seus feitos e de lamento pelos amigos, amores, esperanças, perdidos. Os cercos da polícia, rompidos a bala, a adrenalina presente em todos os momentos. As armas aparecem a cada página, detalhadas, uma verdadeira paixão para esse ex-soldado que desertou para a guerrilha:

“Obedecendo às prioridades da vida, começo pelas armas, o artigo fica para depois. Limpo primeiro a pistola Browning 9.0. Treze balas no carregador e uma

na agulha, ideal para os combates a curta e média distâncias. A metralhadora INA 45 e a carabina Winchester 44 antecedem os dois revólveres e a pistola Colt 45, que completam meu arsenal.”¹⁹

Como destaca Denise Rollemberg, talvez essa excelência no campo militar explique sua escolha como dirigente da organização, neste período de extermínio. Não era alguém versado na teoria, mas eram tempos, em primeiro lugar, de sobrevivência; primeiro limpar as armas, os artigos, os discursos e discussões tinham que ficar para depois. De certa forma essa parece ser um pouco a filosofia da ALN. A proposta de Carlos Marighela era justamente uma ação de resistência, armada, que iniciando pela guerrilha urbana pudesse depois dar lugar à guerra revolucionária de massas. O princípio era que “a ação faz a vanguarda”²⁰. E que “*É através da guerrilha que criaremos o exército revolucionário de libertação nacional, o único capaz de aniquilar as forças militares dos gorilas.*”²¹ Para uma esquerda que sempre valorizou sobremaneira a formação teórica e política, esta declaração era quase colocar a preparação militar antes de tudo. Segundo Ottoni Fernandes Jr, que foi militante desta organização os critérios básicos para o recrutamento de militantes para a ALN eram “*A repulsa à ditadura militar e a vontade de pegar em armas para derrubá-la.*”²² Isso se traduzia na seguinte proposta de um conhecido, militante da ALN: “*– E aí, Grandão? Quando você vai largar estes bundas-moles e assumir o seu lugar junto aos verdadeiros bolcheviques?*”²³ Nesta proposta de recrutamento pode-se ler a idéia de que os verdadeiros revolucionários são aqueles que se utilizam da ação armada, e por outro lado, também se pode ler que os verdadeiros revolucionários não podem ser “bundas-moles”, ou seja “frouxos”, pessoas que se deixam dominar pelo medo, que não tem coragem, que não tem virilidade.

Aparentemente ser viril, ser ativo, corajoso, capaz de grandes sacrifícios por um ideal, manejar armas, ou seja, ser um “verdadeiro bolchevique”, não era algo impossível para mulheres como Dulce Maia, Renata, Lola, tantas outras. Mas elas teriam que se provar capazes, talvez de maneira um pouco mais dura que seus companheiros homens, para quem a virilidade estaria já incorporada como um atributo de gênero. As mulheres teriam

que se apropriar de atributos do gênero masculino para se tornarem verdadeiras revolucionárias, como Marta, mãe de Clemente, que merecia a admiração do cubano “Orloff”: “Quando encontrar com Marta mande um grande abraço e minha admiração, ela é uma mulher que tem cojones.”²⁴

¹ A participação de veteranos franceses na organização da guerra “contra-revolucionária” tem sido divulgada a partir do vídeo e do livro da jornalista ROBIN, Marie-Monique. *Escadrons de la mort, l’École Française*. Paris: La découverte, 2004.

² GOLDENBERG, Mirian. Mulheres & Militantes. *Revista estudos feministas*. Ano 5, n.2, 1997, pp.349-364, p. 352.

³ FERNANDES JUNIOR, Ottoni. O baú do guerrilheiro. Memórias da luta armada urbana no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2004.p.162

⁴ Ibidem, p. 262.

⁵ VENTURA, Zuenir. 1968: *O ano que não terminou*. A aventura de uma geração. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 35.

⁶ Um dos ditados mais machistas, mas mais conhecidos, no Brasil, reza que “lugar de mulher é na cozinha, esquentando a barriga no fogão, e esfriando na pia.”

⁷ “Vânia” em COSTA, Albertina de Oliveira et alii. (ed.) *Memórias das Mulheres do Exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 113.

⁸ “Primero te diría que nunca es más igual una mujer a un hombre que detrás de una pistola 45.” Citado por ARAÚJO, Ana Maria. *Tupamaras. Des femmes de l’Uruguay*. Paris: Editions des Femmes, 1980, p. 146.

⁹ Depoimento de Renata Guerra de Andrade (Cecília) em CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998, p 32.

¹⁰ CARVALHO, op. cit, p. 39.

¹¹ Para uma discussão sobre o monopólio masculino da violência ver HÉRITIER, Françoise. *Masculin/féminin. La pensée de la différence*. Paris, Odile Jacob. E CAPDEVILA, Luc. Le mythe du guerrier et la construction sociale d’un « éternel masculin » après la guerre. *Revue française de psychanalyse*, tome LXII, n. 2, 1998, p, 607-623.

¹² CARVALHO, Luiz Maklouf. Op. cit. , p. 31.

¹³ MAIA, Dulce. A morte, as donzelas e a Canção dos pescadores. In: FREIRE, Alípio, ALMADA, Izaías e PONCE, J. A. de Granville. (org.) *Tiradentes, um presidio da ditadura*. Memórias de presos políticos. São Paulo: Scipione, 1997. pp. 96-107, p. 99.

¹⁴ DEOPS – Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo.

¹⁵ CARVALHO, Luiz Maklouf. op. cit, p. 56.

¹⁶ GABEIRA, Fernando. *O crepúsculo do macho*: depoimento. 22 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982., pp. 29-30. Ver também FERNANDES JUNIOR, Ottoni. *O baú do guerrilheiro*. Memórias da luta armada urbana no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2004.pp. 206.

¹⁷ Sobre isso ver especialmente COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos tempos, 1997 e GOLDENBERG, Míriam. Op. cit.

¹⁸ PAZ, Carlos Eugênio. *Nas trilhas da ALN*. Memórias romanceadas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. Ver o excelente artigo : ROLLEMBERG, Denise. Clemente. In: KUSHNIR, Beatriz. (org.) *Perfis Cruzados. Trajetórias e militância política no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2002, pp. 73-85.

¹⁹ PAZ, Carlos Eugênio. Op. cit. P. 27.

²⁰ O papel da ação revolucionária na organização. (maio, 1969) Documento assinado pela ALN, publicado em: REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. (org.) *Imagens da Revolução*. Documentos políticos das organizações de esquerda dos anos 1961 a 1971. São Paulo: Marco Zero, 1985. pp.206-221, p. 208.

²¹ Ibidem, p, 214-215.

²² FERNANDES JUNIOR, Ottoni. Op. cit. p. 231.

²³ Ibidem, p. 230. Ottoni era conhecido por Grandão devido a seus 2 metros de altura.

²⁴ PAZ, Carlos Eugênio. Op. cit. p. 113.